



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado por diversas conquistas para a OrizonVR, consolidando sua posição como uma das empresas líderes no setor de destinação, tratamento e valorização de resíduos no Brasil. O grupo reforçou seu posicionamento geográfico com a aquisição de novos ativos, avançou em importantes e diferentes frentes com projetos de biometano e economia circular, tudo isso com o fortalecimento de sua estrutura de capital e geração de resultados ainda mais sustentáveis. Ao longo do ano, nossa Companhia demonstrou sua capacidade de expansão com as aquisições dos ecoparques de Porto Velho e Santa Luzia e o anúncio da compra do ecoparque de Juazeiro do Norte, este ainda em processo de conclusão da aquisição. Com isso, nosso posicionamento geográfico alcançou 11 estados brasileiros. Ainda no segmento de destinação final de resíduos, foi celebrada no mês de junho a extensão do prazo de concessão do Ecoparque João Pessoa por mais 20 (vinte) anos, ou seja, até 2043.

As iniciativas de biometano continuaram em foco, com alguns pontos a serem destacados no exercício encerrado: (i) contrato de fornecimento de gás natural renovável do projeto de Jaboatão dos Guararapes com a Copergás que totalizou, com o aditivo anunciado em dezembro de 2023, o suprimento contratado de um volume de até 130.000 m³ dia, (ii) a importante parceria com a Compass Comercialização S.A., para a produção do biometano a partir do biogás capturado no Ecoparque Paulista, que maximiza a geração do biometano e reforça o posicionamento comercial do biometano produzido no ecoparque de Paulínia, agregando a expertise de nosso sócio. Neste início de 2024, em adição aos avanços conquistados ao longo de 2023, comunicamos ao mercado a submissão, para apreciação, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE da parceria com a GN Verde Participações S.A. para a constituição de duas novas sociedades para produção inicial de

cerca de 180.000 m³/dia de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo. As iniciativas acima descritas reforçam nosso compromisso com o nosso plano de negócios e o papel da OrizonVR na transição energética do Brasil, em busca de uma economia mais sustentável.

No segmento de Economia Circular, celebramos parcerias estratégicas que demonstram nossa capacidade de inovação e colaboração com novas alternativas no mercado. Os principais destaques nesse segmento foram o início de operação do primeiro projeto de fertilizantes orgânicos a partir do lodo de tratamento de efluentes no Ecoparque Paulínia e o contrato de fornecimento de 3 (três) anos com a Owen-Illinois que avança a reciclagem do vidro proveniente da UTM Jaboatão dos Guararapes. Ambas as iniciativas ressaltam nossa confiança no mercado de reciclagem e que passou o ano de 2023 em fase de amadurecimento. Essas parcerias estratégicas não apenas fortaleceram nossa posição no mercado, mas também ampliam nosso alcance e impacto, permitindo-nos explorar novas oportunidades de crescimento e criação de valor.

No que tange a estrutura de capital, em abril de 2023, realizamos a oferta bem-sucedida de ações da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("OrizonVR"), em formato de oferta primária e secundária, no valor total de R\$369,3 milhões, sendo R\$91,1 milhões em uma primária que reforçou a posição de caixa da Companhia, e R\$278,2 milhões em uma oferta secundária, que permitiu a venda das ações da Jive Investments, concluindo um ciclo virtuoso desse parceiro consócio. Além disso, a assinatura do primeiro *sustainability linked-loan* no setor de resíduos do Brasil junto a International Finance Corporation no valor de R\$130 milhões destaca nosso protagonismo com práticas empresariais responsáveis e sustentáveis, reforçando nosso papel na promoção do desenvolvimento social e ambiental.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 4T23 E 2023

aumento de receita na planta de triagem mecanizada em Jaboatão dos Guararapes e reconhecimento de 12 (doze) meses da recém-adquirida unidade de blendagem para coprocessamento de Sorocaba; Os aumentos acima descritos foram parcialmente compensados pelas reduções abaixo: IV. Engenharia Ambiental: redução de R\$ 12.251 mil ou 28,24% entre o exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R\$ 43.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 31.134 mil no mesmo período de 2023, devido ao reflexo da redução dessas atividades na OrizonVR.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 528.599 mil comparativamente a R\$ 438.329 mil no mesmo período de 2022, o que representou aumento de R\$ 90.270 mil ou 20,59%. O custo dos serviços prestados representou 68,09% e 70,00% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente aos ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% do consolidados no exercício de 2023.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$247.677 mil comparativamente a R\$187.895 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$59.782 mil ou 31,82%. O lucro bruto representou 31,91% e 30,00% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação decorreu substancialmente de (i) melhora operacional nos ativos, e (ii) ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% consolidados no exercício de 2023.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

As despesas gerais, administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 132.723 mil comparativamente a R\$ 148.420 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 15.697 mil ou 10,58%. As despesas gerais, administrativas e com vendas representaram 17,10% e 23,70% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, e incluem as despesas da administração central e comercial, bem como despesas diretas e indiretas das unidades operacionais.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram positivas em R\$ 63.706 mil comparativamente a R\$ 10.310 mil do mesmo período de 2022. Esse aumento é atribuído principalmente ao ganho de capital da alienação societária de 51% do capital da Biometano Paulínia Verde, compensados pelos custos da transação e baixa por impairment de engenharia ambiental e ativo mantido para venda.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$ 118.804 mil comparativamente a R\$ 154.359 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 35.555 mil ou 23,03%. O resultado financeiro líquido representou 15,30% e 24,65% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R\$11.060 mil comparativamente a R\$7.720 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.340 mil ou 43,26%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao aumento nos resultados auferidos pela UTE Paulínia Verde que entrou em operação no meio do exercício de 2022.

A robustez financeira do grupo ainda foi atestada pela reafirmação da classificação de crédito corporativo da OrizonVR pela S&P Global Ratings em "brAA+" na Escala Nacional Brasil, com mudança de perspectiva para estável. Destaca-se neste relatório a indicação de melhora na eficiência operacional entre os anos de 2023 e 2024, bem como a adequada posição de liquidez associada a uma estrutura de capital que permite a execução de nosso plano de investimentos. Do lado social, ao longo de 2023, mantivemos os projetos que geram efeitos positivos nas comunidades do entorno de nossos ecoparques impactando 10.471 pessoas diretamente e mais de 40.000 pessoas indiretamente, com abrangência em 38 municípios envolvidos. Dessa forma, encerramos o ano de 2023 com resultados financeiros sólidos, evidenciando nossa capacidade de gerar valor e crescimento de forma sustentável e consistente. Destacamos o incremento na receita líquida de 23,96% e do EBITDA Ajustado em 47,71% em relação ao ano anterior, refletindo os desenvolvimentos das nossas atividades de gestão e valorização de resíduos. Iniciamos o ano de 2024 com determinação e entusiasmo, prontos para os novos desafios e para explorar novas oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico, buscando gerar valor para todos os nossos *stakeholders* e contribuir para um futuro mais limpo e sustentável. Por fim, agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas e conselheiros pela contribuição e apoio no processo de transformação positiva pela qual a Companhia está passando.

Atenciosamente,

Milton Pilião Jr.
CEO

Leonardo Santos
CFO e DRI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os termos "A" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31/12/2023		Exercício Social encerrado em 31/12/2022		AV%	AV%	AH%
	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%			
Receita operacional líquida	776.276	100,00%	626.224	100,00%	23,96%		
Custos dos serviços prestados	(528.599)	-68,09%	(438.329)	-70,00%	20,59%		
Lucro Bruto	247.677	31,91%	187.895	30,00%	31,82%		
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(132.723)	-17,10%	(148.420)	-23,70%	-10,58%		
Outras receitas (despesas) líquidas	63.706	8,21%	10.310	1,65%	517,90%		
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	178.660	23,02%	49.785	7,95%	258,86%		
Resultado de equivalência patrimonial	11.060	1,42%	7.720	1,23%	43,26%		
Receitas Financeiras	80.387	10,36%	77.221	12,33%	4,10%		
Despesas Financeiras	(199.191)	-25,66%	(231.580)	-36,98%	-13,99%		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	70.916	9,14%	(96.854)	-15,47%	n.a.		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(34.665)	-4,47%	(38.691)	-6,18%	-10,41%		
Imposto de renda e contribuição social diferido	13.916	1,79%	(7.919)	-1,26%	n.a.		
Prejuízo do exercício	50.167	6,46%	(143.464)	-22,91%	n.a.		

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$776.276 mil comparativamente a R\$626.224 mil no mesmo período de 2022, o que representou aumento de R\$150.052 mil ou 23,96%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- Tratamento e destinação final: aumento de R\$ 90.415 mil ou 18,38% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R\$ 491.796 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 582.211 mil no mesmo período de 2023, devido (i) ao reflexo de 12 (doze) meses dos ativos adquiridos ao longo de 2022, (ii) aos ativos adquiridos em 2023, (iii) aumento de volume do Ecoparque Pantanal e (v) variação positiva no preço médio de destinação final de resíduos;
- Energia, biogás e créditos de carbono: aumento de R\$ 57.850 mil ou 96,89% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R\$ 59.708 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 117.558 mil no mesmo período de 2023, devido a venda de biometano para a UTE Paulínia Verde S.A. durante todo o ano de 2023;
- Beneficiamento de resíduos e WIE: aumento de R\$ 14.038 mil ou 44,80% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R\$ 31.335 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 45.373 mil no mesmo período de 2023, devido ao

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.299	138.827	289.426	168.875
Títulos e valores mobiliários	4	16.506	70.000	33.608	71.922
Contas a receber de clientes	5	4.175	1.815	184.168	258.987
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	2.106	978	19.042	13.307
Outros ativos	8.a	4.205	978	55.392	68.610
Total do ativo circulante		59.086	211.618	592.636	580.211
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	48.572	14.660
Partes relacionadas	7	360.011	190.039	3.006	7.866
Depósitos judiciais e cauções	17.c	-	-	10.938	7.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	76.287	53.090
Investimentos	9	839.952	771.975	98.957	44.084
Imobilizado	10	-	-	920.767	785.079
Intangível	11	-	-	465.870	525.522
Direito de uso	12	-	-	40.670	42.658
Outros ativos	8.a	-	-	4.461	12.264
Total do ativo não circulante		1.199.963	982.014	1.669.708	1.493.085
Total do ativo		1.259.049	1.173.632	2.262.344	2.073.296

Reserva de capital	Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)													
	Nota	Controladora		Consolidado		Custo na emissão de ações	ágio no de novas ações	Instrumentos patrimoniais	Outras reservas	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação de não controladores	Total
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022									
Saldos em 1º de janeiro de 2022	20	844.323	(31.146)	3.023	-	-	-	-	-	-	-	-	13.765	369.413
Variação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração ao valor justo de instrumentos patrimoniais		-	-	-	-	-	297.518	-	-	-	-	-	-	297.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação parcial de participação de controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		844.323	(31.146)	3.023	297.518	297.254	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de novas ações e conversão de instrumentos patrimoniais		246.804	(8.390)	-	(297.518)	192.521	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição parcial de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20	1.091.127	(39.536)	3.023	-	489.775	-	-	10.359	(848.743)	-	-	-	706.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo	Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	45.583	37.616
Arrendamentos	12	-	-	29.057	15.211
Fornecedores	13	1.295	312	59.533	65.821
Outorgas a pagar	14	-	-	14.818	11.676
Salários e encargos sociais	15	1.278	1.112	25.248	24.849
Impostos e contribuições a recolher	6.b	787	4.320	37.120	48.673
Parcelamento de impostos	16	564	-	19.011	17.904
Adiantamento de clientes	18	-	-	3.976	24.140
Partes relacionadas	7	-	-	32.255	-
Contas a pagar	19	-	-	18.394	12.945
Outros passivos circulantes	8.b	15	160	5.691	31.792
Total do passivo não circulante		3.939	38.237	258.431	322.882
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	487.076	418.912	1.079.806	977.538
Arrendamentos	12	-	-	23.329	40.800
Parcelamento de impostos	16	13.845	678	63.901	58.006
Provisão para perdas em investimentos	9	-	-	158	158
Partes relacionadas	7	44.045	151.893	20.949	3.619
Provisão para contingências	17.a	-	-	21.477	25.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	9.282	-
Pls e cofins diferidos	6.e	4.139	4.139	4.139	4.139
Contas a pagar	19	-	-	22.463	40.021
Outros passivos não circulantes	8.b	-	-	23.998	21.191
Total do passivo não circulante		549.105	584.904	1.259.320	1.168.947
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	1.091.127	844.323	1.091.127	844.323
Reserva para investimentos	20.c	453.262	566.649	453.262	566.649
Ajuste de avaliação patrimonial		10.359	10.359	10.359	10.359
Prejuízo acumulado		(848.743)	(888.858)	(848.743)	(888.858)
Outros resultados abrangentes		-	18.018	-	18.018
Participação de controladores		706.005	550.491	706.005	550.491
Participação de não controladores		-	-	38.588	30.976
Total do patrimônio líquido		706.005	550.491	744.939	581.467
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.259.049	1.173.632	2.262.344	2.073.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Receita operacional líquida	21	-	776.276
Custo dos serviços prestados	22	-	(528.599)	(438.329)
Lucro bruto	-	-	247.677	



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um tonelador para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes principalmente de Duques de Caxias e clientes privados, não são destinados em sua totalidade na CTRN. e) **Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa")**: A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, expansão, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. A Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candieiras"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 4.000 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de maio de 2022, a Ecopesa foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. **Aproveitamento de biogás para geração de energia**: Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("ASJA Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Itália S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Conforme detalhado na nota 26, a Orizon Meio Ambiente S.A. possui opção de compra da ASJA Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no eparque de Jaboatão dos Guararapes. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção. f) **Foxx Inova**: A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. g) **Barueri Energia Renovável S.A. ("Barueri Energia")**: anteriormente denominada **Foxx URE-BA**. A Barueri Energia é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária indireta da Orizon/VR, para a Sabesp, pelo valor de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais). O ganho líquido de R\$28.313, decorrente desta operação, é consequência da baixa de 20% do acervo líquido da Barueri Energia Renovável, no montante de R\$11.687 e do reconhecimento da venda de R\$40.000, cujo saldo foi integralmente recebido na data de fechamento da operação. Uma vez que o Grupo manteve o controle da Barueri Energia, o resultado desta operação foi registrado no patrimônio líquido. h) **Orizon Pantanal (Antiga "Orizon Locações Ltda")**: a Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Foxx Inova Ambiental S.A. ("Foxx Inova") e a Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), alienaram suas participações societárias, direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. i) **Foxx URE-JP**: A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A Foxx URE-JP atua também na geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. Em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de contrato de concessão por 20 anos. A nova capacidade será até 20 milhões de toneladas anuais de resíduos. j) **Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental")**: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controladora indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário. m) **SPEs UPLIS Estre ("UPLIS Estre")**: O Conselho de Administração do Grupo Orizon aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (*stalking horse*), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva de Lixo ("UPLI Aterros") formada por 08 ações, sendo 07 ações de Investimentos creditórios e 01 parte de biometano em liquidação reversa. Em 14 de maio de 2021, foi aprovado na assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial do Grupo Estre, prevendo a participação da Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente S.A., em conjunto com o Fundo Jive, como primeiros proponentes (*stalking horse*), mediante apresentação de proposta vinculante para aquisição da UPLI Aterros, em envelope lacrado. Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controladora Orizon Meio Ambiente, a aquisição de participação societária integral de 07 (sete) sociedades que são parte da UPLI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), quais sejam: SPE Paulista Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catele Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Em contrapartida à aquisição da totalidade dos investimentos, a Companhia Orizon Meio Ambiente pagou o montante total de R\$516 milhões, sendo R\$403 milhões primordialmente em caixa, parte à vista e parte a prazo, e o saldo remanescente com 3.545,49 ações ordinárias de emissão da Companhia (estimado, na época do fechamento da compra, em R\$113 milhões). Este saldo atualizado foi inicialmente classificado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida o ativo da Orizon Valorização de Resíduos, em virtude de muito celebrado a favor da Companhia, com a Orizon Meio Ambiente, como consequência das condições de pagamento da operação. Já a controladora Orizon Meio Ambiente, registrou o montante na rubrica de partes relacionada versus contas a pagar por aquisição de empresas. O detalhamento do fluxo financeiro da aquisição está na nota 19. Para a conclusão da aquisição da UPLI Aterros, em 26 de agosto de 2022, a Estre Ambiental obteve anuência junto à Prefeitura Municipal de Macéio para a alienação da SPE Macéio. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio da sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A., concluiu a aquisição da SPE Macéio. Em contrapartida a esse último passo na aquisição da totalidade dos ativos da UPLI Aterros, a Companhia assumiu o pagamento, à Jive, de 4.637 mil ações da Companhia, equivalente a R\$184.063, considerando o preço pago de R\$39,70 (preço por ação do aumento de capital privado concluído em fevereiro de 2023). Para registro da aquisição e preparação do PPA de aquisição, a Companhia considerou a data base de 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC 15, o excedente pago na aquisição foi alocado como mais valia de licença, em razão da SPE Macéio possuir licença de concessão. Como contrapartida total da operação, a Companhia entregou, no âmbito do aumento de capital privado anunciado em 26 de dezembro de 2022, o valor total de 8.181 mil ações para a Jive ao preço unitário de R\$39,70, totalizando o montante de R\$324.818. Em abril de 2023, a Jive deixou de ser acionista da Companhia no contexto do processo de *follow-on* no segundo trimestre de 2023. As condições de pagamento estão detalhadas na nota explicativa 19. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)**: A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios (IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. Incorporação SPE Paulínia: Em 28 de fevereiro de 2023, a SPE Paulínia foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$108.981, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. Abaixo, resumo das demonstrações financeiras da SPE Paulínia na data da incorporação:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	592
Contas a receber de clientes	29.961
Impostos a recuperar	1.691
Adiantamentos	2.122
Total do ativo circulante	34.366
Não circulante	Não circulante
Partes relacionadas	25.307
Imobilizado	84.780
Direito de uso	12.896
Total do ativo não circulante	122.983
Total do ativo	157.349
	Passivo
	Circulante
	Fornecedores
	Salários e encargos sociais
	Impostos e contribuições a recolher
	Adiantamento de clientes
	Outros passivos
	Total do passivo circulante
	Não circulante
	Arrendamentos
	Parcelamento de impostos
	Provisão para fechamento
	Total do passivo não circulante
	Patrimônio líquido
	Capital social
	Reservas de lucro
	Total do patrimônio líquido
	Total do passivo e do patrimônio líquido

n) **Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia")**: Em 05 de abril de 2022, foi constituída a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia"), cujo objeto social é a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista nas investidas listadas abaixo:

Empresa

Objeto

Orizon Biometano Paulínia Ltda
 Orizon Biometano Paulínia II Ltda
 Orizon O&M Ltda.
 Orizon Locação de equipamento Ltda.
 Orizon Biometano Rosário do Catele Ltda.
 Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.
 Orizon GD Itapevi 1 Ltda
 Orizon GD Itapevi 2 Ltda
 Orizon GD Itapevi 3 Ltda
 Orizon GD Itapevi 4 Ltda
 Orizon GD Itapevi 5 Ltda
 Orizon CTR Porto Velho ("CTR PV")
 Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R\$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No último trimestre de 2023, o CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região, e ratificando a estratégia do projeto. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)**: A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição da CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Patrimônio líquido da CTR Porto Velho

% participação adquirida

Total adquirido

Ativos líquidos identificáveis a valor justo

Preço de aquisição - Contraprestação

Controladas em conjunto e coligadas: a) **UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia")**: A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou ser a titular do contrato firmado pelo Grupo Orizon com a empresa CTR Energia e Gás Renovável ("CCEE") para a venda de 15,7 MW de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022.

condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW de potência contratada no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R\$18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação, prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidada da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R\$259.202 e um resultado de R\$28.732, refletindo a operação total da usina térmica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. b) **SES Hatzec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Hatzec")**: A SES Hatzec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Hatzec manteve-se sem qualquer atividade operacional. c) **Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon")**: A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insusos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos fins siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como única cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) **CTR Santa Luzia ("CTR SL")**: Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controladora Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. ("SUMA") e capitalização da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engl SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. e) **Biometano Verde Paulínia: Sociedade para produção de biometano em Paulínia**: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Eparque de Paulínia em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. **Formação de investida para produção de biometano em Paulínia**: No contexto da transação, a Compass investirá até R\$ 355.000, sendo R\$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R\$ 100.000 aportados na plataforma Verde Paulínia S.A. e R\$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R\$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 26). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controladora direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R\$ 400 milhões, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração considerou também as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário é explicitado em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:	31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente S.A	100	100
Foxx Holding S.A.	100	100
FIDC Orizon	100	100
Orizon Energia e Gás Renovável Ltda	100	100
Orizon Compostagem Ltda	100	-
Controladas da Orizon Meio Ambiente:		
CTRNI	100	100
CTRA	100	100
CTRBM	100	100
SES Hatzec	50	50
ETR Gramacho	100	100
UTM Jaboatão	100	100
Vamtec Orizon	50	50
UTE Paulínia	33,33	33,33
SPE Itaboraí	100	100
SPE Itapevi	100	100
SPE Paulínia 4	-	100
SPE Rosário do Catele	100	100
SPE Sorocaba	100	100
SPE Tremembé	100	100
SPE CTR Metropolitana	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	50	50
SPE Macéio	100	100
Orizon Pantanal 2	100	100
CTR Porto Velho	50	-
CTR Santa Luzia	51	-
Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda.	100	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda	100	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	100	-
Controladas da Foxx Holding:		
Foxx Inova Ambiental S.A	100	100
Foxx URE JP Ambiental S.A	67	67
Barueri Energia Renovável S.A	80	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.		
GD1 Itapevi ²	100	100
GD2 Itapevi ²	100	100
GD3 Itapevi ²	100	100
GD4 Itapevi ²	100	100
GD5 Itapevi ²	100	100
Orizon Biometano Paulínia Ltda	100	100
Orizon Biometano Paulínia II Ltda	100	-
Orizon O&M Ltda.	100	-
Orizon Locação de equipamento Ltda.	100	-
Orizon Biometano Rosário do Catele Ltda.	100	-
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	100	-
Controladas da Orizon Compostagem Ltda.		
Consórcio Orizon Terça	50	-
SPE Bivolare I S.A	30	-
SPE Bivolare II S.A	30	-

o) **FIDC Orizon** - em operação desde 2022, a Orizon Pantanal passou a ser controlada pela Orizon Meio Ambiente após suas antigas controladoras Foxx Holding e Foxx Inova, cederm suas cotas sem ônus para a nova controladora. 3) As GDs Itapevi referem-se basicamente a empresas criadas para eventual futura geração de energia no eparque Itapevi. 4) Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 28 de fevereiro de 2023. **2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de venda; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo, ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo direta ou indiretamente observável; Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinar se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. **2.7.1. Receita com engenharia ambiental:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. **2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.3. Receitas com biogás e biometano:** A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência de base em medições, através do controle de energia gerada e comercializada sob o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém as receitas do período pela multiplicação de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.4. Receita com crédito de carbono:** A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica (UTM):** A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência de base em medições, através do controle de energia gerada e comercializada sob o responsável técnico do consórcio ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. As receitas das unidades de triagem mecânica, advém do processo de separação dos produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente. **2.7.6. Receita com a comercialização de energia:** A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia. Esta operação atualmente é realizada pela controlada integral indireta Barueri Energia. **2.7.7. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - contábeis: A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus respectivos valores contábeis e não em valores de mercado. Os ativos e passivos tributários contábeis utilizados para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos

ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os eparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for vendido. O valor residual e vida útil dos ativos, com exceção de depreciação e amortização são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou em nível de unidade de controle financeira. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48/IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por se valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a caracterização do contrato do instrumento. Recurso não mensurado sob mensuração. Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes da operação quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Passivos financeiros:** A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos são mensurados sob o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da provisão de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a análise da qualidade e, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas em "Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas". A Companhia reconhece provisões para causas cíveis



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando um novo fluxo de pagamento. Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa	Período de geração de créditos	Quantidade de CER's (tCO2e)	Saldo (R\$ Mil)
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	11.997
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	8.997
Orizon Meio Ambiente	01-01-21 a 31-12-21	491	10.455
Foxx URE-JP	01-01-21 a 31-12-21	114	2.428
			33.877

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos no início de 2023, o montante correspondeu R\$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 31 de dezembro de 2023. O saldo total apresentado está alocado como serviços a futuro na rubrica de conta a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R\$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA) e Foxx URE-JP. O montante atualizado para 31 de dezembro de 2023, considerando o efeito da variação cambial é de R\$33.877 (R\$36.511 em 31 de dezembro de 2022). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1) Desenvolvimento do projeto; 2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc.); 3) Envio do projeto para a nova entidade; 4) Revisão do projeto pela nova entidade; 5) Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) ou Gold Standard.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	4.162	1.802	18.176	5.161
Contribuição Social (CSLL) (1)	-	-	1.451	1.451
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	4.142	871
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	752	701
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	3.304	3.145
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	106	101
Outros impostos a recuperar	13	13	424	436
Subtotal - tributos federais	4.175	1.815	25.811	11.866
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	77	774
Subtotal - tributos estaduais	-	-	77	774
Imposto sobre Serviços (ISS) (2)	-	-	4.154	1.267
Subtotal - tributos municipais	-	-	4.154	1.267
Total	4.175	1.815	30.042	13.907

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras, cujo aumento se deve ao aumento no montante do saldo de aplicações financeiras oriundo dos recursos captados no IFC (Nota 13). (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	2.741	1.365
Programa de Integração Social (PIS)	17	3.038	11.109	12.062
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	4	494	2.183	5.349
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	3.069	3.215
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	7.317	7.131
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	-	5.266	9.144
Outros impostos (1)	766	766	1.727	1.440
Total	787	4.320	37.120	48.673

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a futuro. **SUDENE - incentivo fiscal obtido:** Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catele Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Alíquota nominal combinada	40.115	(145.424)	70.916	(96.854)
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	(13.639)	49.444	(24.111)	32.930
Equivalência patrimonial	23.112	(19.914)	3.760	2.625
Doações	-	-	450	-
Multa e juros	886	-	4.731	-
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	(8.374)	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	(10.359)	(33.112)	2.795	(82.165)
Total do imposto de renda e contribuição social	-	(3.582)	(20.749)	(46.610)
Alíquota efetiva (*)	0%	2%	-27%	48%
Imposto de renda e contribuição social	-	(3.582)	(20.749)	(46.610)

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

Ativo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	158.600	141.940
Diferenças temporárias	-	-
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	52.899	55.287
Provisão para contingências	7.302	8.526
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	(71.077)	(74.372)
Total	147.724	131.381

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração a realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constitui passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023, a Orizon Meio Ambiente incorporou sua controlada SPE Paulínia. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. No encerramento do exercício corrente, a Companhia registrou o montante de R\$11.108 como reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo em função da provisão para redução de valor recuperável do ágio. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis e base negativa de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	TOTAL
Ativo	2.824	5.490	6.533	10.821	12.690	14.103	15.986	17.319	19.339	40.519	147.724
Passivo	(2.824)	(5.490)	(6.533)	(10.821)	(12.690)	(14.103)	(15.986)	(17.319)	(19.339)	(40.519)	(147.724)

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue: *Ativo fiscal diferido (Consolidado):*

Descrição	Consolidado					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022			
Ativo Passivo Efeito líquido	Ativo Passivo Efeito líquido	Ativo Passivo Efeito líquido	Ativo Passivo Efeito líquido			
Orizon Meio Ambiente (*)	147.724	(71.437)	76.287	131.381	(69.009)	62.372
Orizon	30.260	(30.260)	-	30.260	(39.542)	(9.282)

(*) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social no montante total de R\$241.929. Este montante não está registrado nas demonstrações financeiras pela ausência da expectativa de realização em prazo estável. e) PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 a 2022 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Partes relacionadas - Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente (1)	340.419	184.064	-	-
Foxx Holding (1)	16.641	4.147	-	-
CTR Nova Iguaçu (1)	1.828	1.828	-	-
Orizon Energia e Gás Renovável	125	-	-	-
CGR Cuiabá	800	-	-	-
Orizon Compostagem	196	-	293	-
Biometano Paulínia Verde	2	-	1.405	-
SPE Metropolitana	-	-	1.155	7.713
LS Participações (2)	-	-	153	153
Gera Energia Brasil	-	-	3.006	7.866
Total	360.011	190.039	3.006	7.866

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceio, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R\$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, adicionalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com o acionista não controlador da Foxx URE-JP e da LS Participações.

Partes relacionadas - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente (1)	-	108.261	-	-
CTR Barra Mansa (1)	18.113	18.113	-	-
CTR Alcântara (1)	8.632	8.632	-	-
Barueri Energia (1)	5.217	5.217	-	-
Foxx Inova (1)	11.670	11.670	-	-
Orizon Energia e Gás Renovável	413	-	-	-
Ecofort Amazon	-	-	296	-
SABESP (1)	-	-	16.430	-
UTE Paulínia Verde (3)	-	-	4.223	3.619
Pagamento baseado em ações (2)	-	32.255	-	32.255
Total	44.045	184.148	20.949	35.874
Circulante	-	32.255	-	32.255
Não circulante	44.045	151.893	20.949	3.619

(1) Referem-se a transações de conta corrente, oriundas de valores transferidos para pagamento das debêntures emitidas pela OMA; (2) Refere-se à pagamento baseado em ações em função de acordo com membros do corpo executivo atrelado a evento de liquidez; (3) Refere-se à antecipação de dividendos; (4) Refere-se a recursos captados pela OMA em 2022, através de emissão de debêntures, transferidos para a OVR com a finalidade de conta corrente. (5) Refere-se à aporte da SABESP na controlada indireta Barueri Energia Renovável para investimentos na construção da planta de WTE. Pagamento baseado em ações liquidado em caixa: No 1º trimestre de 2021, a Companhia registrou em seu passivo e no resultado do período, em despesas com pessoal, o montante de R\$38.248 referente a pagamento baseado em ações em função de acordo com membros do corpo executivo atrelado a evento de liquidez, no caso em questão, abertura de capital da Companhia para negociação de suas ações na B3, que ocorreu em fevereiro de 2021. A movimentação dos saldos no exercício está apresentada abaixo:

Movimentação do saldo

Saldo constituído em dezembro de 2021	28.507
Pagamentos	(8.079)
Atualizações	11.827
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.255
Pagamentos	(32.255)

Saldo em 31 de dezembro de 2023
No primeiro trimestre de 2023, a Companhia quitou o saldo integral referente ao pagamento baseado em ações, tendo sido R\$718 mil em transferência de recursos e o saldo remanescente via entrega de novas ações emitidas, cujo preço unitário das ações foi definido a R\$39,70. A remuneração em questão foi submetida às aprovações societárias competentes, no âmbito do Conselho de Administração. **Transações de Conta-Corrente:** Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer indempência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituir-lhe em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas na consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

Ativo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do pessoal-chave da Administração (1)	11.995	20.274

(1) Além da remuneração base do pessoal-chave da Administração, em 31 de dezembro de 2023, este montante contempla a bonificação paga pelo atingimento metas, cujo montante foi R\$3.848. **Outros:** A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da empresa, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Adicionalmente, exceto pelo mencionado no tópico de pagamento baseado em ações a Companhia não mantém nenhum outro programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores. **Formação de investida para produção de biometano em Paulínia:** A Companhia concluiu a transação com a Compass para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 26).

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (1)	-	-	4.292	1.092
Adiantamentos a fornecedores (2)	2.106	976	22.133	17.376
Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4)	-	-	17.703	23.894
Ativo mantido para venda (5)	-	-	-	16.798
Outros (6)	-	-	10.055	14.564
Total	2.106	976	60.033	79.574
Circulante	2.106	976	55.392	66.610
Não circulante	-	-	4.641	12.964

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Imobilizado, líquido	Terrenos		Veículos		Benefiteiros em imóveis de terceiros (1)		Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações (2)	Combinação de negócios (3)	Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.434	4.146	9.760	9.760	4.583	4.529	51.599	676.057	9.942	781.050		
Saldo oriundo de aquisições de empresas	16.145	5.881	354	-	-	1.854	42.464	563.925	-	630.623		
Adições	-	-	7	-	-	1.218	3.911	192.031	40.933	238.100		
Ativo mantido para venda (7)	-	-	-	-	-	(109)	(361)	-	(16.321)	(16.798)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	10.027	10.121	10.121	4.474	7.240	97.974	1.415.692	50.875	1.632.975		
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-	20.950	-	20.950		
Adições	7	981	-	-	109							



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de Janeiro	418.912	658.938	1.015.154	559.776
Encargos financeiros	69.709	107.508	154.450	93.119
Ajuste a valor presente	(1.428)	(42.488)	(409)	804
Captações de recursos	-	-	130.000	460.000
Custos na captação de recursos	(117)	-	(4.131)	(15.394)
Amortização de gastos na captação de recursos	-	918	-	918
Pagamento de principal	-	(256.000)	(36.750)	(21.500)
Pagamento de juros	-	(49.964)	(132.925)	(59.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	487.076	418.912	1.125.389	1.015.154

Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	50.989
2026	190.586
2027	185.191
2028	178.505
2029 em diante	474.535
Total	1.079.806

Orizon Meio Ambiente - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 18 de fevereiro de 2020, a Controladora Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Fidejussória e de qualquer fiador, para Distribuição de Recursos em nome da Controladora Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CBCs") no valor total de R\$40.000. A Companhia liquidou a última parcela desta dívida no primeiro semestre de 2023. **CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado):** Em 11 de junho de 2021, a controladora indireta CTRNI captou o montante de R\$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 0,2141% a.m. A dívida será quitada em 40 parcelas de R\$375, sendo a primeira com vencimento em 12 de julho 2021 e a última em 11 de outubro 2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela Orizon Meio Ambiente junto ao ABC. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2022, a controladora indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CDB), no montante de R\$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 08 de janeiro de 2023 e a última em 12 de janeiro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. **CTRM - Banco Votorantim:** Em 22 de julho de 2022, a controladora indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R\$20.000, representado por 20.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 22 de janeiro 2023 e a última em 22 de julho 2024, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,6% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de falência; (2) Deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. **Orizon Meio Ambiente - Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):** Em 23 de junho de 2020, a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Companhia a ser devedora da divida sua controlada direta e quitando a dívida que a Companhia possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R\$23.800 (R\$23.451 em 31 de dezembro de 2022) como recurso presente no balanço patrimonial. O fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com intervenção e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029; Após 19 de junho 2021, o juros remuneratório passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajuste de valor presente no balanço patrimonial, assumiram a dívida, outorgaram-se mútua e recíproca, para nada mais reclamar, uma da outra, a qualquer tempo, o título for em relação ao saldo existente entre as partes. **Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Consolidado):** Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para o pagamento de dívidas existentes em relação à Orizon Meio Ambiente, com o objetivo social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuem prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começaram a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.e. e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4º trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão Valores Mobiliários" categoria Tipo B para a emissão de títulos de capital - Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon Meio Ambiente controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com o devedor, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiador; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. **Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):** Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 400.000 (quatrocentos mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R\$400.000, (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão é de 100% do CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os devedoristas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fiador; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. **Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):** Em 30 de junho de 2023, a Orizon Meio Ambiente celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O financiamento, no montante de R\$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando principalmente reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal. O financiamento possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x. Restrição a reorganizações societárias: exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo. Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da D+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por waiver obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos devedoristas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. **Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples:** Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("Term Sheet") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), o Termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R\$303.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R\$381.912, com efeito de dedução do 14% no montante de R\$75.448. No ato da quitação, foram apurados os seguintes valores societários em relação ao AUV, tratado no contrato de quitação, com efeitos de capitalização. O saldo de AVP e seu respectivos montantes diferidos foram revertidos no montante de R\$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada. **Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso

normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. **Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):** Em 18 de outubro de 2022, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R\$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. **Orizon Meio Ambiente - Societé Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado):** Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Societé Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R\$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 3% a.a.. A movimentação dos arrendamentos para 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.957
Adição de novos contratos no exercício - Leasing	9.667
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	50.040
Pagamento de principal	(25.680)
Pagamento de juros	(2.840)
Juros apropriados no exercício	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.011
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	29.323
Pagamento de principal	(32.948)
Pagamento de juros	(4.433)
Juros apropriados no exercício	4.433
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.386

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	29.057	15.211
Não circulante	23.329	40.800

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	17.686
2026	2.711
2027	1.234
2028	1.037
2029 em diante	661
Total	23.329

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 31 de dezembro de 2023, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	18.810
Adições no exercício	50.040
Amortização do direito de uso no exercício	(26.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.658
Adição de novos contratos - IFRS 16	29.323
Amortização do direito de uso no exercício	(31.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.670

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos totais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.048 (R\$2.375 em 31 de dezembro de 2022).

13. FORNECEDORES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	1.295	312	59.533	65.821

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente	10%	101	101
CTRNI	10%	8.556	3.278
CTRA	2%	3.570	4.686
CTRBM	6%	4.442	3.350
URE-JP	10%	849	261
Total		14.818	11.676

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários a pagar	467	458	5.033	4.759
IAS a recolher	289	140	4.036	4.849
FGTS a recolher	-	-	935	748
Provisão e encargos sobre férias	-	-	12.976	10.820
Provisão e encargos sobre 13º salário	-	-	-	980
IRRF sobre salários	522	514	1.813	1.519
Outros	-	-	455	1.174
Total	1.278	1.112	25.248	24.849

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (2)	9.767	-	9.777	-
INSS (1)	608	678	8.937	9.027
ISS	-	-	619	130
ICMS	-	-	1.437	433
COFINS (1)	3.470	-	23.174	25.886
IRPJ	-	-	15.077	10.072
CSLL (1)	-	-	6.283	7.097
PIS (1)	564	-	5.948	5.074
PERT (1)	-	-	11.660	9.891
Total	14.409	678	82.912	74.310

Circulante 564 - 19.011 17.904
Não circulante 13.845 678 63.901 56.406

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações, com saldo atualizado de R\$9.767 em 31 de dezembro de 2023.

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Valor original	Quantidade de parcelas	Parcelas a vencer	Índices de correção
INSS	4.332	54	7	Selic
ISS	3.283	21 a 81	46	Mora + IPCA
ICMS	3.167	57	8	Mora + UFRF
IRPJ	15.134	57	6 a 43	Selic
CSLL	6.482	57	6 a 43	Selic
PIS	5.693	57	6 a 43	Selic
COFINS	27.386	57	6 a 43	Selic

Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	5.878
2026	2.884
2027	2.884
2028 em diante	52.255
Total	63.901

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	11.210	14.930
Cíveis	2.945	5.549
Tributárias	7.322	4.596
Total	21.477	25.075

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.963	188	12.009	33.160
Adições (Reversões)	(4.618)	4.408	(6.363)	(6.573)
Pagamentos	(1.415)	-	(97)	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.930	54	5.549	20.533
Adições (Reversões)	(2.331)	2.726	(300)	95
Pagamentos	(1.389)	-	(2.304)	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.2			



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R\$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R\$381.400 e recebido o valor de R\$359.977 líquido dos custos da transação. Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R\$300.000, o montante excedente de R\$59.400 foi alocado no rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido. **ganho de capital em transação com sócios:** Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R\$ 28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital. **Pagamento baseado em ações:** Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R\$23.386, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações (nota 7). b.3) **Bônus de Subscrição:** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor terá o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ocorrida em abril de 2023. c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 01 de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) **Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Quantidade de ações ordinárias	82.951	71.500	82.951	71.500
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação*	0,48	(2,08)	0,60	(2,01)

* A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor no exercício

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	891.307	710.185
Deduções da receita bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(13.240)	(8.116)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(54.072)	(37.402)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(36.578)	(30.120)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(3.235)	(3.048)
Outros	(3.705)	(5.235)
Totais impostos incidentes	(116.833)	(83.924)
Vendas canceladas	(4.201)	(57)
Receita operacional líquida	776.276	626.224

22. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas				
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	(13.395)	(13.395)	(22.291)	(22.291)
Serviços de terceiros	(7.673)	(7.673)	(4.286)	(4.286)
Outros	(679)	(679)	(766)	(766)
Total	(21.747)	(21.747)	(27.343)	(27.343)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas				
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	(126.332)	(55.163)	(181.495)	(92.347)
Depreciação e amortização	(90.620)	(90.620)	(70.768)	(70.768)
Provisão para fechamento de aterro	(1.863)	(1.863)	(5.171)	(5.171)
Serviços de terceiros	(74.324)	(46.755)	(121.106)	(62.967)
Aluguéis	(3.840)	(18.864)	(15.641)	(3.866)
Outorgas	(2.051)	(2.262)	(4.313)	(10.568)
Energia	(11.075)	(292)	(11.367)	(21.043)
Combustíveis	(35.279)	(1)	(35.280)	(37.828)
Fretes	(4.946)	(1)	(4.946)	(2.427)
Outros	(13.550)	(14.258)	(27.808)	(21.355)
Total	(528.599)	(132.723)	(661.322)	(438.329)

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	31/12/2023	31/12/2022
Amortização Ecoparques	(77.925)	(72.901)
Amortização Mais Valia	(33.779)	(24.187)
Amortização IFRS 16	(31.311)	(26.192)
Demais depreciações	(24.508)	(14.237)
Total	(167.523)	(140.517)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	64.137	49.000	25.615
Marcação a valor de mercado FIDC	-	3.345	-	35.871
Varição cambial ativa	-	75	2	5.376
Recebimentos de aplicações financeiras	17.095	8.674	28.525	11.960
Descontos financeiros obtidos	2	2	-	180
Outras receitas financeiras	188	4.673	8.592	8.112
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.231)	(3.962)	(5.732)	(9.893)
Total	16.054	77.144	80.387	77.221
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	(25.712)	(10.162)	(14.482)
Marcação a valor de mercado FIDC	-	-	-	(37.512)
Varição cambial passiva	(3)	-	(4.515)	(11.975)
Juros de empréstimos e financiamentos	(69.714)	(107.508)	(157.978)	(97.144)
Correções sobre saldos a pagar de aquisições de empresas	-	-	-	(43.184)
Multa e desconto concedido	(2.605)	(263)	(13.916)	(22.331)
Amortização de gastos na captação de recursos	-	(918)	-	(1.154)
Outras despesas financeiras	(373)	(1.188)	(11.466)	(4.034)
Total	(72.695)	(135.589)	(199.191)	(231.580)
Resultado financeiro, líquido	(56.641)	(58.445)	(118.804)	(154.359)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho na alienação de participação societária (1)	50.507	-	135.000	-
Compra Vantaja (2)	-	-	-	4.799
Redução do valor recuperável de ativo (3)	-	-	(68.062)	-
Venda de ativo imobilizado (4)	-	-	8.270	-
Baixa de ativo mantido para venda (5)	-	-	(16.797)	-
Outros	19	(1.064)	5.295	5.511
Total	50.526	(1.064)	63.706	10.310

(1) Refere-se ao reconhecimento do ganho na alienação da participação societária na Biometano Verde Paulínia. (2) Refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa apurada nas aquisições das SPEs adquiridas em 2022. (3) Refere-se à provisão para redução ao valor recuperável de ativos oriundos do segmento encerrado de engenharia. (4) Refere-se principalmente à venda do terreno de Santa Cruz da Orizon Meio Ambiente. (5) Refere-se ao reconhecimento no resultado de saldos oriundos do encerramento do segmento de incineração.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado		Engenharia		Ambiental	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tratamento e destinação final de carbono						
Receita operacional líquida	583.021	117.558	45.373	31.134	776.276	776.276
Custo dos serviços prestados	(263.673)	(14.890)	(58.684)	(33.980)	(373.091)	(373.091)
Lucro bruto antes da depreciação	319.348	102.668	(13.311)	(2.846)	403.185	403.185
Custos de depreciação	-	-	-	-	(155.508)	(155.508)
Lucro bruto	-	-	-	-	247.677	247.677
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	(132.723)	(132.723)
Despesas financeiras	-	-	-	-	63.706	63.706
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	-	(69.017)	(69.017)
Resultado financeiro	-	-	-	-	80.387	80.387
Despesas financeiras	-	-	-	-	(199.191)	(199.191)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	(118.804)	(118.804)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	11.060	11.060
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	70.916	70.916
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(34.665)	(34.665)
Corrente	-	-	-	-	13.916	13.916
Diferido	-	-	-	-	50.167	50.167
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	80.387	80.387

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Orizon Valorização de Resíduos S.A.
 Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, e apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Nos cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas",** incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados

	destinação final	de carbono	de resíduos/ WTE	Ambi-ental	Total
Receita operacional líquida	491.796	59.708	31.335	43.385	626.224
Custo dos serviços prestados	(238.023)	(9.293)	(42.544)	(45.084)	(334.944)
Lucro bruto antes da depreciação	253.773	50.415	(11.209)	(1.699)	291.280
Custos de depreciação	-	-	-	-	(103.385)
Lucro bruto	-	-	-	-	187.895
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	(148.420)
Despesas administrativas	-	-	-	-	10.310
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	-	(138.110)
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	(138.110)
Resultado financeiro	-	-	-	-	77.221
Receitas financeiras	-	-	-	-	(231.580)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(154.359)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	7.720
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	(96.854)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(38.691)
Corrente	-	-	-	-	(7.919)
Diferido	-	-	-	-	(143.464)

26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento ao leilão: No exercício de 2021, a Barueri Energia Renovável participou e se sagrou vencedora do Leilão de Geração nº 8/2021-ANEEL de 2021. A partir de 01 de janeiro de 2026, a URE-BA comercializará anualmente 105 MWth, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço de R\$549,35/MWh, totalizando R\$1.155.745 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), corrigido anualmente pelo IPCA. O contrato possui vigência de 20 anos. A URE-BA terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de tratamento de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. **Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. **Fornecimento de Biogás: Investidas Indiretas - CTRNI e CTRIA:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás biológico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. **OMA - Biometano Verde Paulínia:** A Controlada OMA possui compromisso de fornecer biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m³ podendo alcançar até 300.000 m³. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm³/h e 30.000 Nm³/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometeram-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Orizon até a totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de metcado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. **Opção para aquisição de participação societária:** Por meio do contrato de Opção de Compra e Cessão de Direitos Sobre Quotas, a Companhia, através de suas subsidiárias OMA e Foxx, possui opção de compra da participação societária remanescente do Consórcio Pernambuco Asja Foxx e do Consórcio Paraíba Asja Foxx. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidas critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	36.299	16.991	289.426	289.426
Títulos e valores mobiliários	16.506	35.814	33.608	33.608
Contas a receber de clientes	-	-	232.740	232.740
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	-	-	10.938	10.938
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.295	1.295	59.533	59.533
Empréstimos e financiamentos	487.076	487.076	1.125.389	1.125.389
Arrendamentos	-	-	52.386	52.386
Contas a pagar a partes relacionadas	44.045	44.045	-	-
Outorgas a pagar	-	-	14.818	14.818
Adiantamento de clientes	-	-	3.976	3.976

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	138.827	138.827	168.875	168.875
Títulos e valores mobiliários	-	-	71.922	71.922
Contas a receber de clientes	-	-	273.557	273.557
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	7.866	7.866
Depósitos judiciais e cauções	-	-	7.162	7.162
Passivos financeiros				
Fornecedores	312	312	65.821	65.821
Empréstimos e financiamentos	418.912	418.912	1.015.154	1.015.154
Arrendamentos	-	-	56.011	56.011
Contas a pagar a partes relacionadas	184.148	184.148	35.874	35.874
Outorgas a pagar	-	-	11.676	11.676
Ad				



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando a principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas

baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 21 às demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, de 27 março de 2024.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Glauco Dutra Silva

Contador - CRC-RJ090174/O



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 02/04/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/02/ORIZON1575271102042024.pdf>
Hash: 17120055606aab7276e2844922a8c85e269ab902c0